



TERRORISMO, A "PRAGA" DAS NAÇÕES LIVRES: Uma "forma de guerra" ou simples "criminalidade política"?

Raúl François Martins

Em resposta à pergunta do título, o autor examina os conceitos, as causas e os objetivos do "terrorismo", determina as formas de combatê-lo, terminando por identificar suas ligações com o "pacifismo".

(Transcrição de artigo da Revista Militar, publicação das Forças Armadas de Portugal - Nº 6/7, Jun/Jul de 1988)

O terrorismo tornou-se uma preocupação maior das sociedades contemporâneas, pelo menos, de grande parte delas. Freqüentemente, tem sido apelado de "praga" ou de "doença" das comunidades modernas, e alguns autores não hesitam em qualificá-lo de for-

ma de guerra. Tem proliferado e mostrado indubitáveis tendências para se intensificar. Inicialmente assunto interno de alguns Estados, desde há cerca de trinta anos tem vindo a afirmar-se cada vez mais como um verdadeiro problema internacional.

Não admira, por tudo isso,

que o tema "terrorismo" tenha vindo a ganhar cada vez mais relevância nos estudos do âmbito quer da Estratégia, quer da Defesa Nacional quer das Relações Internacionais. É nessa ótica de preocupação comum a esses três ramos das ciências humanas que se situa o meu interesse pelo assunto, e é essa importância crescente que me leva a pensar que poderá ter interesse tecer algumas considerações a propósito. Procurarei abordar o tema da forma o mais geral possível, de modo a tentar apanhar não só as que me parecem mais importantes nas suas conexões como os diversos aspectos da realidade social em que se insere, como também as principais modalidades e variações que contém. Embora correndo o risco de não ser completo, e, obviamente, não podendo ser profundo nem detalhado, creio que uma abordagem desse tipo, dando-nos a visão do conjunto, se conseguir não ser demasiado extensa, poderá ser útil para uma melhor compreensão do fenômeno em si, e, a partir dessa compreensão, para melhor defesa contra os perigos que veicula.

O que é o Terrorismo?

O primeiro ponto a esclare-

cer parece ter de ser a definição do terrorismo, tantas são as acepções possíveis para esta palavra, e tão grande tem sido a diversidade das situações a que se tem aplicado. Por exemplo, Raymond Aron, refere que "a palavra terror tem sido empregada, na nossa época, em pelo menos quatro contextos: (...) para designar os bombardeamentos das cidades, (...) para estigmatizar a ação dos resistentes ou dos nacionalistas, (...) para caracterizar um dos aspectos dos regimes totalitários, (...) para designar a relação de dupla impotência entre os dois Grandes (...)"¹. É certo que R. Aron fala de terror e não de terrorismo, mas aquele é o ingrediente deste, e os contextos que designa todos são políticos, o que é exatamente uma das características do entendimento comum do que seja o terrorismo, isto é, prática de terror com objetivos políticos. Por outro lado, R. Aron não esgota, nem aliás pretende fazê-lo, a relação dos contextos em que se tem feito o emprego da palavra terror, ou, acrescentaremos nós, da palavra terrorismo.

De fato, o terror, com fins políticos, não só hoje, mas ao longo de toda a História, tem sido uma prática comum, infelizmente muito utilizada, e isso

1. "Paix et Guerre entre les Nations", pág. 175.

nas mais diversas situações. Forma de violência como é, desde logo todas as situações em que a violência é utilizada podem dar origem a ações terroristas. Arma dos tiranos, de todos os tempos e de todos os lugares, tem sido também muitas vezes deliberadamente praticado pelos exércitos, bárbaros e não bárbaros, regulares ou irregulares, contra os inimigos vencidos ou contra populações indefesas. Ao serviço da imposição de ideologias, desde, pelo menos, a Revolução Francesa e Robespierre, foi eleito como instrumento preferencial pelo anarquismo de Bakunin e da 1^a International, e foi praticado sistematicamente pelo marxismo-leninismo de Stalin e pelo nacional-socialismo de Hitler. Ligado desde tempos imemoriais aos fanatismos religiosos, em sacrifícios rituais, em guerras santas, em matanças de hereges, em tribunais de Inquisição, reaparece hoje em fundamentalismos tanto sunitas como chiitas. Alimentado pelo ódio e pelos preconceitos raciais ou sociais, tem sido utilizado contra minorias ou grupos marginais, em perseguições diversas, em que as mais conhecidas e mais típicas foram as inúmeras sofridas pelos judeus em mais de mil anos de História, mas em que se incluem também muitas outras, como as da Ku-Klux-

Klan, por exemplo. Praticado pelos patriotas, em muitos locais do mundo, contra os invasores ou os colonizadores, tem-no sido igualmente por estes contra aqueles, e o é hoje também pelos marginais utopistas, espécie de apóstolos danados de ideologias indefinidas, como os que constituem as "brigadas vermelhas" italianas, a "ação direta" francesa, as "FP 25" portuguesas, etc.

Desta grande diversidade pode-se já tirar uma conclusão: o terrorismo dificilmente poderá ser definido a partir dos seus agentes, e, para além de visar finalidades políticas e do propósito implícito na própria noção de terror, que é o de causar medo intenso e espalhar esse medo, será também muito difícil encontrar outros elementos comuns a todos os atos terroristas nos muito diversos objetivos que o terrorismo pode visar. Assim sendo, a definição de terrorismo deverá centrar-se no próprio ato em si.

É esse o entendimento de Raymond Aron, e da "Rand Corporation". Ao contrário da maior parte dos autores que tive oportunidade de ler sobre este assunto, tanto aquele autor como aquela Instituição definem o terrorismo independentemente dos agentes ou dos objetivos. Para R. Aron, "é dita terrorista uma ação de violência cujos efeitos

psicológicos estão fora de proporção com os resultados puramente físicos".² Para a "Rand Corporation", "o ato terrorista caracteriza-se por procurar produzir um efeito psicológico (de terror) muito superior aos danos físicos causados".³ As duas definições, muito semelhantes, elegem, pois, como elemento necessário e suficiente, para a caracterização do terrorismo, a deliberada potencialização dos efeitos psicológicos obtidos a partir da violência. Não se trata portanto da utilização da violência apenas adequada à obtenção de um determinado objetivo, como ocorre normalmente num combate durante a guerra, numa emboscada ou golpe-de-mão de guerrilheiros, num motim, ou na ação das forças da ordem que o reprimem, ou na punição de um condenado. Trata-se de uma utilização perversa da violência, que é pensada friamente nas circunstâncias da sua execução, de forma a amplificar o efeito "medo" que, em maior ou menor proporção, toda violência provoca. Essa amplificação do medo provocado, o terrorista usualmente procura-a atuando segundo um, ou mais, dos seguintes vetores: Espetaculosidade, procurando o maior sen-

sacionalismo possível, chamando o máximo da atenção pública para o seu ato; Crueldade, provocando sofrimento desnecessário, alargando o número de vítimas, destruindo e mutilando, para além do que o seu ato violento exigiria; Imprevisibilidade, atuando sobre vítimas reconhecidamente inocentes ou mesmo sem relação alguma com o conflito.

A grande variedade das situações a que se tem chamado, ou pode chamar, terrorismo, faz, naturalmente, apelo a uma sistematização. Procurar-se-á seguidamente elaborá-la, com base em dois critérios principais: o dos agentes, e o dos fins.

Em linhas muito gerais, e com base nos agentes terroristas, julgo que se podem considerar dois tipos principais de terrorismo: terrorismo de Estado, em que os agentes pertencem ao Estado-aparelho ou dele diretamente dependem, e terrorismo fora do Estado, por isso ilegal, já que a administração da violência é sempre monopolizada pelo Estado, em que os agentes, ou são independentes da administração pública e das Forças Armadas, ou, se a elas pertencem, atuam à sua revelia. Este segundo tipo de terrorismo,

2. Aron, Raymond; "Paix et Guerre entre les Nations", pág. 176.

3. Ortoli, Sven; "Terrorisme, fils de PUB", artigo em "Science et Vie", de Maio de 1986, pág. 20.

a que chamaremos "privado" é, normalmente, mas nem sempre, dirigido contra o Estado-aparelho.

Utilizando como ponto de partida aquela dicotomia, e aplicando-lhe agora o critério dos fins, julgo que o terrorismo de Estado se poderá subdividir em dois tipos principais. Um, praticado normalmente em tempo de paz, para impor ou consolidar um poder político despótico, quer ligado a uma personalidade, quer ligado a um grupo ou a uma classe, quer ligado a uma ideologia, o medo substituindo a autoridade como suporte do poder político, e que poderemos chamar "terrorismo policial". O outro, a que chamaremos "terrorismo militar", praticado normalmente em tempo de guerra, seja esta internacional ou civil, procurando atingir seletiva e intensamente as forças morais do inimigo, e de que tanto a História antiga como a moderna nos fornecem abundantíssimos exemplos, como a sistemática chacina dos habitantes das cidades que resistiam a determinados invasores, mongóis, turcos, vikings, etc., ou a deliberada brutalidade contra prisioneiros ou contra combatentes irregulares, para facilitar rendições ou submissões, e que pode incluir também, segundo alguns autores, os bombardeamentos de zona da 2^a Grande Guerra, ou a

estratégia contra cidades, que constitui um dos componentes da dissuasão nuclear.

Quanto ao terrorismo "privado", pode, segundo o critério dos fins, dividir-se em três grupos. Um será o terrorismo a que chamaremos "guerrilheiro", complemento da ação normal da guerrilha, durante uma guerra menor, dirigida contra o Estado-aparelho ou contra um invasor, praticado por guerrilheiros, ou por elementos sob o seu controle. Neste ponto, será oportuno introduzir algumas breves reflexões acerca da distinção, que considero muito importante e necessária, entre o terrorismo e a guerrilha. Desde logo, existe uma dignidade diferente, entre o combatente que enfrenta o inimigo armado, como o guerrilheiro, e o que nem sequer merece a qualificação de combatente porque verdadeiramente não combate mas atua através de explosivos ou contra pessoas desarmadas, como o terrorista. Esta diferença nos modos preferenciais de atuar, que aliás decorre necessariamente da própria natureza do terrorismo, perversão deliberada da violência conforme atraí salientamos, liga-se a diferenças não menos importantes do ponto de vista político, já que a guerrilha pressupõe sempre uma motivação política partilhada por significativos estratos populacionais, e

uma organização estruturada, da qual a guerrilha constitui o "braço" armado inicial, evoluindo esta no sentido de uma progressiva regularização militar, é aquela no sentido de progressivamente assumir o Poder político. Esta dupla vocação política e militar não existe, ou não ultrapassa um estado muito embrionário, nas organizações tipicamente, ou exclusivamente, terroristas. Duas outras diferenças decorrem desta diferença quanto aos aspectos políticos: por um lado a dimensão dos grupos, mais numerosos e com maiores efetivos por parte da guerrilha, necessidade imposta pela vocação desta para vir a assumir o poder político, e por outro o ambiente preferencial de implantação e de atuação, que é o rural para os guerrilheiros, a cuja manobra tática os grandes espaços são indispensáveis, e para cujos objetivos políticos se torna necessária alguma implantação territorial, e é o urbano para os terroristas, para quem a disponibilidade de esconderijos é a preocupação dominante, e cuja incipiente política não exige nem bases territoriais nem grupos numerosos.

Deste modo, parecem-me incorretas designações como "guerrilha urbana" que por vezes são aplicadas a movimentos exclusivamente terroristas. E se certos movimentos de guerrilha

utilizaram ações terroristas, como na Argélia, no Vietnam, ou correntemente na América Latina, creio que este terrorismo associado a, e controlado pela guerrilha, tendo embora toda a carga de imoralidade e desumanidade inerentes a todo o terrorismo, tem características próprias que o distinguem do terrorismo que é independente da guerrilha. Será ainda oportuno acrescentar que, se certos teóricos famosos das guerras menores, como Mariguella e Debray, consideravam indispensável a utilização do terrorismo na guerra revolucionária, outros, como Lenine, Mao-Tse-Tung, mesmo Guevara, repudiaram essa utilização por poder contribuir para cavar um fosso entre as massas populares e os guerrilheiros. Em linhas gerais, creio que se poderá afirmar que a clivagem entre os teóricos revolucionários que preconizam, e os que condenam, o recurso ao terrorismo, depende do papel que atribuem às massas populares para o êxito da revolução. Quanto mais apostam na conquista do apoio destas, tanto menos apoiarão o terrorismo, e inversamente, quanto mais desconfiarem das massas e apostarem na ação preferencial dos "focos revolucionários" e dos combatentes guerrilheiros, mais tenderão a apoiar o terrorismo. Do mesmo modo, pode-se notar uma certa

relação entre a prevalência atribuída à ação política sobre a militar e o repúdio do recurso ao terrorismo, e à da ação armada sobre a política e a aceitação, mesmo até a recomendação, daquela prática.

Um outro grupo de terroristas "privados" será o terrorismo que define sozinho os seus fins últimos e os busca exclusivamente pelo terror, ao qual chamaremos "autônomo", e que será portanto o terrorismo dirigido contra o Estado, por vezes mesmo contra a sociedade em geral, desligado de qualquer movimento de guerrilheiros. É este terrorismo que normalmente se refere quando, hoje em dia, se fala em terrorismo, e que, por vezes, é designado por "terrorismo moderno" e considerado como uma forma de guerra menor. Poderá, cremos, efetivamente ser assimilado a tal, já que utiliza a violência armada na prossecução de fins políticos. É no entanto uma sua forma muito degradada, uma vez que o controle que a política deve sempre exercer sobre a guerra, nesta forma aparece muito enfraquecido, quer pela enfatiza-

ção, desde o início, da prevalência da violência e pela descrença completa, mesmo profunda desconfiança, nos processos tradicionais da política, que é aspecto comum a todos os grupos de terrorismo "autônomo"⁴, quer pela escassez de probabilidades de êxito, e pela ausência de preparação para tirar partido do êxito, se obtido, quer ainda pela grande dificuldade de coordenar e efetivamente comandar, a partir de uma direção centralizada, a ação dos grupos muito pequenos, separados, em que as rebeldias são freqüentes, até pela própria destruição moral do terrorismo que resulta da sua própria atividade, quer, finalmente, pela freqüente fraqueza do seu projeto político, quando este existe.

Este terrorismo "autônomo" subdivide-se, conforme os fins visados, ligados ora a radicalismos religiosos, como os fundamentalismos islâmicos shiita e sunita, ora a radicalismos nacionalistas ou separatistas, como a ETA, o IRA, ou os movimentos palestinianos⁵; ora a ra-

4. São freqüentes as declarações reveladoras, tais como "esta é a única maneira" simultaneamente "justificadoras" das hodianez dos seus crimes, e testemunho da ineficiência política dos terroristas.

5. Os terroristas "autônomos nacionalistas" têm características peculiares, devido à natureza do fim (independência ou libertação de um invasor) que professam. Esse fim garante-lhes uma certa margem de apoio popular e impele-os no sentido de um alargamento da sua ação, até se transformarem em guerrilha, ou criarem uma infra-estrutura política suficientemente credível para poder ser aceita como interlocutora.

dicalismos ideológicos, por via de regra muito confusos, como acontece com os terrorismos das democracias liberais, as "brigadas vermelhas", as "FP25", o "exército vermelho" a "ação direta", etc. Tal como a guerrilha, mas ainda mais do que esta, o terrorismo "autônomo" é muito dependente dos apoios externos. Sem eles, as suas possibilidades de longa duração, que, como é sabido, é condição "sine qua non" para o êxito de qualquer guerra menor, são extremamente limitadas. Esta necessidade premente dos apoios externos abre a possibilidade da utilização desta forma de terrorismo como instrumento de estratégias indiretas no âmbito das relações internacionais, o que efetivamente tem vindo a acontecer.

O terrorismo "autônomo" tem tendência a transformar a violência de meio em fim. Isso deve-se quer a uma hiper-valorização da violência, que os terroristas consideram libertadora, conforme as teorias de Fanon e de Sartre, e como único meio possível para a revolução, conforme freqüentemente declaram, quer a uma correspondente desvalorização da ação política, cuja teorização é incipiente, desvalorização essa que também deriva da condenação absoluta da sociedade atual que, sobretudo para o terrorismo "au-

tônomo ideológico", não tem aproveitamento possível e deve ser destruída.

Finalmente, o terrorismo "privado" compreende ainda um terceiro grupo de movimentos terroristas que se orienta não propriamente contra o Estado, nem contra a situação social global, mas sim contra determinadas minorias, ou grupos marginais, que pretende eliminar, reduzir, ou, pelo menos, amedrontar para submeter ou "põe no seu lugar". É um terrorismo que podemos chamar "social", e que ao longo da História tem sido praticado contra grupos étnicos, judeus, pretos, brancos, minorias religiosas, etc., e de que um exemplo bem conhecido será o Ku-Klux-Klan, ou, nos nossos dias, contra os fora da lei, os suspeitos de o serem, os denominados "esquadrões da morte".

Ligados à problemática geral do conceito de terrorismo, ocorrem por vezes discussões teóricas sobre a existência ou não de um terrorismo característico dos tempos atuais, suficientemente diferente das formas históricas para delas poder ser conceitualmente distinguido, bem como a existência e caracterização de um "terrorismo internacional". Na verdade, quando hoje se fala e escreve sobre terrorismo, nas nações demo-liberais, é quase sempre de terro-

rismo "privado" que se trata, em particular, daquele que temos vindo a designar por "autônomo". É este, de fato, que nos últimos vinte anos tem vindo a affigir estas nações, e que, trazido inicialmente à primeira linha dos noticiários internacionais pelo problema palestiniano, nela se tem mantido focalizando as atenções gerais, e servindo assim para iluminar com essa chamada de atenção numerosos outros problemas, que sem a revoltante atividade dos terroristas porventura passariam despercebidos. A discussão acerca da eventual originalidade de um terrorismo moderno e da caracterização de um terrorismo internacional circunscreve-se pois, na prática, ao terrorismo autônomo.

Este, entendido como terrorismo que fixa os seus próprios fins últimos e que, para os conseguir, conta apenas com a utilização perversa da violência, tem antecedentes históricos, dos quais os mais conhecidos serão a seita shiita dos "assassinos"⁶ (inízaistas, surgida na Pérsia, no século XI, como resistência aos turcos seljúcidas e depois estendida à Síria, até à sua extinção no século XIII pelos mongóis), e, no fim do sé-

culo XIX, princípio do XX, as práticas européias de alguns grupos da corrente anarquista seguidora de Bakunin. Recentemente, a partir dos anos sessenta, o anarquismo como teoria social voltou a tornar-se popular entre os estudantes e na esquerda intelectual, como forma de oposição aos valores da cultura tecnológica e materialista das sociedades desenvolvidas do 1º Mundo. Esse renascimento do anarquismo, quando orientado segundo o pensamento de Proudhon, nada tem a ver com o terrorismo, mas, quando orientado segundo o pensamento de Bakunin, e da sua insistência na necessidade imperiosa da "ação direta", constitui um dos principais elementos teóricos na base do terrorismo moderno, do tipo que designamos por "autônomo", ligado a radicalismos ideológicos, misturando-se, via de regra, com vetores Marxistas, Leninistas, Trotskistas e Maoístas.

O terrorismo "autônomo" está, pois, ligado a antecedentes históricos de que não se distinguirá na sua essência, a qual é a utilização exclusiva da violência para provocar o terror e através deste, e só deste, alcançar objetivos políticos contra

6. O seu conhecimento na Europa resultou dos relatos dos cruzados, que falavam em drogados por hashish (hashishin) que, a mando de um "velho" que vivia num castelo da montanha, iam matar os seus inimigos ou opositores e rivais.

o Estado e contra a organização social vigente. Parece-nos, no entanto, ter algumas características próprias, que efetivamente o diferenciam das formas anarquistas que o precederam entre a 1^a internacional e o fim da guerra civil espanhola. Essas características julgamos podem agrupar-se em três conjuntos.

Em primeiro lugar, a fragilidade da sua motivação política, sobretudo evidente nos grupos ligados a radicalismos ideológicos que, no interior de algumas das sociedades mais ricas, mais desenvolvidas, mais livres e menos injustas do mundo atual, em nome dos oprimidos, que os ignoram, por vezes os desprezam, ou são mesmo suas vítimas, conduzem uma luta sem sentido, baseada em deturpações conceituais, em utopias confusas, em revoltas torvas geradas por frustrações ou inadaptações.

Apesar de tudo, quer as motivações políticas dos "assassinos", empenhados na luta pelo Poder, quer a elaboração teórica dos anarquistas, eram melhor estruturadas e a sua ação desenvolvia-se em sociedades mais afligidas pela miséria e pela opressão, o que dava mais coerência à revolta assumida.

Em segundo lugar, referiria a total "amoralidade" destes modernos movimentos terroristas,

que não hesitam em sacrificar seja quem for, mulheres, crianças, doentes, pobres ou ricos, inocentes ou culpados, com o único e obsessivo critério de causar o maior impacto possível na opinião pública, e que consideram que tudo lhes é permitido porque na sociedade atual "ninguém é inocente". Nesse aspecto, há uma grande diferença relativamente ao terrorista anarquista ou nihilista, que, embora culpado por assumir um direito que não tinha, ao menos procurava escolher as vítimas, não apenas se afirmando defensor dos oprimidos, mas procurando efetivamente só atingir os que considerava tiranos. Também os "assassinos" medievais selecionavam as suas vítimas, de acordo com as suas razões de luta. O massacre completamente indiscriminado, ou a escolha de vítimas sem nexo direto com a opressão que o terrorista alega combater, é uma novidade trágica introduzida na História pelo terrorismo "autônomo" moderno.

Em terceiro lugar, referiria a internacionalização, que se tem vindo a verificar de várias formas, e segundo uma tendência crescente, abrangendo quer a colaboração direta entre movimentos terroristas de diversos países, conjugando agentes ou meios na preparação ou na execução de um mesmo crime, ou

facilitando a ação fora do país de origem, quer a colaboração de Estados, proporcionando dinheiro, armas, refúgios, treino, a terroristas de outros países, ou apoiando terroristas do seu próprio país em ações no estrangeiro através das suas embaixadas, ou ainda facilitando o encontro e a cooperação entre determinados movimentos terroristas de diversos países, em ações comuns. Esta internacionalização, embora não seja inteiramente nova – os grupos anarquistas do virar do século e os "assassinos" da idade média estabeleceram relações entre si através das fronteiras – nunca foi tão intensa, e nunca antes envolveu governos instituídos. Na base desta evolução estão as condições do mundo atual, os seus conflitos, em especial o confronto ideológico Leste-Oeste, e o problema religioso-político do Médio Oriente, bem como as facilidades de comunicação e de transporte. Por sua vez, a internacionalização do terrorismo autônomo abre a possibilidade do seu aproveitamento por estratégias indiretas, o que tem estado a ser feito, e constitui também uma das razões do aparecimento e desenvolvimento desta tendência.

Finalmente, uma outra discussão teórica ligada à definição do conceito de terrorismo é o saber-se se se pode ou não

considerar como um elemento da ação estratégica.

A esse respeito, sem me alongar mais, poderei dizer que, como modalidade ou forma de emprego da violência, que é, o terrorismo inscreve-se claramente no âmbito da Tática. Porém, como toda a tática, pode estar incluído numa estratégia. É o que acontece com o terrorismo de Estado em tempo e guerra, e com o terrorismo "privado" quando elemento complementar de uma guerrilha, um e outro orientados por estratégias operacionais que visam objetivos finais políticos a alcançar através de uma luta armada mais geral, em que o terrorismo é apenas um dos elementos. Também o terrorismo "autônomo internacional", com parte e quando parte de uma estratégia indireta do Estado "patrocinador", constitui instrumento de uma estratégia, sendo, porém, a sua ação, em si, sempre e apenas tática. Já o terrorismo "de Estado" em tempo de paz (imposição de um poder despótico), o terrorismo "autônomo ideológico", e o terrorismo "social", são violências meramente políticas, uma vez que no primeiro caso visam apenas fortalecer o exercício do Poder Político sem visarem necessariamente um grupo inimigo armado (nesse caso passaria a ser terrorismo "de Estado" em tempo de guerra).

ra) e no segundo e no terceiro casos não há uma estrutura de conquista do Poder, credível, e a luta é conduzida apenas com a intenção clara de destruir, e a intenção vaga de desencadear uma revolução, ou de reduzir um grupo social, ou seja, não existem verdadeiramente objetivos finais claramente definidos, nem planejamento de ação de conjunto, nem decisão centralizada, pelo menos em termos de capacidade de coordenação eficaz, pelo que nenhuma destas três formas me parece pode ser considerada elemento de ação estratégica.

As Causas do Terrorismo

"A moda dos anos 70 arrasta para a anarquia do terrorismo "racionalizado" de guerra revolucionária. Marca também um regresso às formas primitivas do terrorismo: a espontaneidade individual ou os pequenos grupos aí desempenhando o principal papel. Votados à Fé e ao Crime, jesuítas da revolução, exaltados pelos teóricos da violência, condenados pelos comunistas e pelos liberais, os "partisans" na sua última encarna-

ção exprimem a recusa do mundo matando alguns dos seus semelhantes (...) Mesmo sendo irrisório o resultado físico da sua ação, acreditam na ressonância política da sua revolta, no valor moral do seu testemunho. Esquecem que um terrorista sem causa se parece com um bandido da estrada."

R. ARON, em "Penser la Guerra", vol. II, pág. 210

Conforme vimos, o terrorismo é uma forma particular, uma forma perversa, no exato sentido do termo, de utilizar a violência num conflito. A pergunta que se põe, então, não é "o que leva os homens a utilizar a violência" mas sim, "que é que os leva a optar por esta forma perversa de violência". Nem a guerra, nem a guerrilha, nem a preservação da ordem pública fazem, normalmente, e muito menos, necessariamente, apelo ao terrorismo. Devem existir causas particulares para a preferência por essa forma de procedimento. E se essas causas poderão ser, até certo ponto e em certos casos, parcialmente objetivas, as principais e sempre presentes deverão ser de natureza subjetiva já que se trata de uma

escolha que a necessidade não impõe. Serão então a moral e o pensamento teórico, moderador ausente a primeira, excitante presente o segundo, bem como o caráter e temperamento pessoal do terrorista, que virão a desempenhar um papel determinante na decisão de utilizar, ou não, métodos terroristas na prática da violência armada. Se a origem dos conflitos, e a utilização neles da violência, podem ter como causas fatores ligados à estrutura e ao funcionamento das sociedades e das suas instituições, já a utilização do terrorismo, que basicamente difere das outras formas de violência pela ausência de preocupações com a salvaguarda dos inocentes ou dos neutros e pela deliberada procura do excesso da violência, derivará, antes de mais, do próprio invidíduo, da sua atitude perante a sociedade e os outros.

O terrorista tem uma visão distorcida daquilo que faz (considera-se a si próprio um soldado, considera justo vitimar pessoas e destruir coisas) do mesmo modo que tem uma visão distorcida da relação agressão-defesa (considera-se a si próprio o agredido ou o violentado que por isso se defende ou vinga) e uma visão distorcida da solidariedade, que assume e afirma para com as entidades abstratas e muitas vezes, longínquas, co-

mo os trabalhadores de todo o mundo, os países subdesenvolvidos, etc., ao mesmo tempo que a ignora, despreza, ou infringe, para com as entidades concretas e próximas, como sejam os trabalhadores e o povo que realmente existem no seu próprio país.

As causas primeiras dessa perversão têm pois, parece-nos, que ser procuradas no domínio da psicologia individual. A falta de preocupação, de interesse pelos outros seres humanos concretos, que friamente aceita violentar, poderá ter, parecemos, três raízes: ou uma obsessão doentia pela valia da causa a que se dedica e que considera muito acima do valor das vidas e propriedades de pessoas não culpadas nem sequer inimigas (fanatismos, radicalismos, carregados de certezas, de pressas, de utopias); ou excessivo desprezo pelos outros (egoísmo e elitismo) em muito elevado grau, despersonalizando as vítimas ou o ódio por um grupo social que se culpabiliza em bloco e se carrega com todos os males e culpas (racismo, desvio do sentido da justiça). A transformação dessa obsessão fanática, ou desse desprezo, ou desse ódio coletivo, em ação terrorista, por sua vez, poderá ser devida à influência de teorias filosóficas, sociológicas, políticas, que fornecem ao terrorismo

fundamento religioso ou ideológico, e lhe propõem sociedades utópicas, garantindo o acesso à felicidade, à paz, à justiça. Claramente, o terrorista tem que ser uma pessoa de convicções, de fé, que acredita cegamente em verdades absolutas. Para ele, a dúvida é uma fraqueza, quando não é mesmo um crime. A descrença na possibilidade de mudança das sociedades atuais, que transparece em diversos tipos de terrorismo, designadamente nos que temos designado por "autônomos ideológicos", leva esses terroristas a desejar destruí-las, mesmo sem que tenham nenhum modelo para propor em sua substituição. Uma outra característica comum a quase todas as formas de terrorismo, é a pressa, a impaciência, que os leva a desprezarem as formas normais de atuação política.

Estudos conduzidos por psicólogos sobre a personalidade tipo do terrorista apontam para a propensão para o fanatismo, em certos casos mesmo, para o desequilíbrio psicopático. Um grande egocentrismo, por vezes uma necessidade de martírio, quase sempre a necessidade de auto-afirmação. Em todos, a intolerância e a propensão para simplificar exageradamente os problemas, o que constitui pré-requisito indispensável para o fanatismo. Um elemento curio-

so, que ressalta desses trabalhos, é o de que, pelos menos nos grupos de terrorismo autônomo que existem nas sociedades demo-liberais, grande número de terroristas é oriundo de classes privilegiadas e tem estudos universitários (normalmente medíocres). A frustração de expectativas parece desempenhar papel importante na sua propensão para a revolta.

Declarações de terroristas presos ou "arrependidos" indicam que há duas fases na adesão ao terrorismo. Uma primeira fase consistirá na marginalização do futuro terrorista, repelido pela sociedade ou, mais geralmente, que a ela não consegue adaptar-se. Só depois, numa segunda fase, é que o marginalizado vem a integrar-se num grupo de terroristas, geralmente pelo acaso de encontros fortuitos no meio de marginais. Uma vez entrado, não poderá mais sair, prisioneiro dos crimes que cometeu e do medo das represálias dos seus companheiros.

Mas as causas, se começam no invidíduo, também se encontram ao nível da sociedade em geral. De fato, esta pode condená-lo severamente, sem ambigüidades, ou tolerá-lo, ou mesmo, inconscientemente, incentivá-lo. A maior ou menor probabilidade do aparecimento e a maior ou menor intensidade e duração do terrorismo têm cer-

tamente relação com a atitude da sociedade perante o fenômeno. Nesse aspecto, o papel dos intelectuais, dos "mass media", da escola, da família, da opinião pública em geral, tem uma importância que não será de modo algum despicienda. Nas perturbadas e confusas sociedades modernas das nações demo-liberais, onde os vícios e defeitos próprios da natureza humana todos permanecem, mas onde as barreiras e condicionamentos à expressão desses vícios, isto é, os valores sociais e morais são permanentemente questionados se não mesmo reprovados ou ridicularizados, tem-se criado um ambiente que, na realidade, favorece o desenvolvimento da violência, e não pode deixar de a favorecer, na medida em que as proibições (tabus) e as ritualizações são postas de lado, por serem reminiscências de um passado obscurantista, e os castigos são eliminados ou exageradamente aliviados, em nome da recusa da opressão e do humanitarismo. Nestas perturbadas sociedades, alguns fatores, que sem preocupação de ser exaustivo apontarei a seguir, me parecem desempenhar um papel muito importante relativamente ao fenômeno terrorismo:

- A degradação do sentido do conceito de violência, como aparece nos tra-

hos de alguns filósofos e sociólogos, como por exemplo, no conceito de violência "estrutural" de Galtung, ou nos de violência indireta, moral, simbólica, de Sarte e de Fanon. Essa degradação do conceito contribui para justificar o terrorista não só aos seus próprios olhos, mas mesmo aos olhos daqueles que partilham aquela confusão dos conceitos.

- A "estranha" simpatia pela revolução, que está na moda entre os intelectuais que se reclamam de esquerda e de algum modo se infiltrou na opinião pública das sociedades demo-liberais, onde se vem conjugando com a condenação das guerras internacionais, e com a recusa do "nuclear". Este complexo de idéias apriorísticas apresenta como resultante uma notável tolerância pelas guerras menores, uma paralela condenação das intervenções militares ocidentais, sobretudo americanas, e uma certa compreensão, pelo menos, por certos terroristas, em especial o palestino.
- A idéia de que os terroristas são desesperados, ví-

timas de verdadeiras injustiças sociais, e que lutam contra elas. Esta idéia conjuga-se com a degradação do conceito da violência que lhe vem dar suporte lógico.

— A idéia de que as motivações políticas (algumas) podem justificar o recurso à violência, e mesmo em certos casos ao terrorismo. Esta idéia conjuga-se com a "estranha" simpatia pela revolução.

— A idéia de que a sociedade é a culpada, e que para acabar com o terrorismo é preciso detectar e eliminar as suas causas sociais. Esta idéia parte do preconceito de que a violência tem sempre, só — ou principalmente — causas estruturais sócio-políticas ou sócio-econômicas, e conjuga-se quer com a degradação do conceito de violência, quer com a "estranha" simpatia pela revolução.

— Os preconceitos de esquerda ou de direita (mais aqueles porque estão mais na moda) que levam as pessoas a ter duas medidas para julgar os acontecimentos sociais. Muitas vezes, pessoas que condenam asperamente o terrorismo "ne-

gro", ou o despotismo de direita, fecham os olhos ao terrorismo "vermelho", ou ao despotismo de esquerda. Testemunhos notáveis como o do poeta cubano Valadares, ou o do escritor russo Soljnietsine, são assim pudicamente ignorados pelos que estão sempre prontos a denunciar com veemência a segregação racial da África do Sul ou a ditadura chilena.

Finalmente, para além das causas profundas ao nível da atitude psíquica interior dos indivíduos, das causas espirituais e morais ao nível das opiniões públicas dominantes, existem causas materiais, ligadas quer à eficácia dos armamentos, equipamentos, e explosivos, modernos, quer às facilidades de movimento, quer às capacidades dos "mass média" e sua influência. As primeiras aumentam o poder de pequenos grupos para produzirem grandes danos. As segundas contribuem para aumentar as possibilidades de escaparem ao castigo. As terceiras aumentam o efeito procurado (terror, ação psicológica, desproporcionada com o dano físico). Tanto as segundas, como as terceiras, são muito mais efetivas no 1º Mundo, onde também funcionam com

muito mais vigor as causas ligadas à opinião pública, constituindo essa maior efetividade e maior vigor razões principais para o florescimento do terrorismo nas nações demo-liberais.

Os Objetivos do Terrorismo

"O terrorismo sistematico, cuidadosamente orquestrado, que vemos no Médio Oriente, representa uma nova dimensão da guerra. Estes terroristas internacionais, ao contrário dos seus correlatos tradicionais, não estão buscando sustentar afirmações políticas fortuitas, nem cometer eventuais atos de intimidação em favor de um futuro distante e mal definido. O terrorismo, para eles, é parte integrante de uma estratégia de objetivos (...) bem definidos".

(Citado do relatório da "DOD Comission on Beirut International act", 23 Out 83, pelo Maj. J. W. WRIGHT, em *Military Review*, nº 1, do 1º trimestre de 1985.)

A opinião expressa na citação com que se inicia este capí-

tulo, se para um determinado conjunto de grupos terroristas, shiitas, controlados pelo governo de Teerã, poderá ser mais ou menos inteiramente aplicável, já para outros grupos só parcialmente poderá ser, e, para outros, ainda, cremos ser desadequada. Além disso, em nossa opinião, "o terrorismo é parte integrante de uma estratégia" não "para eles", grupos terroristas, mas para governos de Estados que utilizam esses terroristas. A citação reproduzida tem porém o interesse de mostrar três tipos de objetivos ou finalidades que coexistem nos variadíssimos grupos de terrorismo autônomo contemporâneo (suporte de afirmações políticas, busca de um futuro mal definido, e ação estratégica), para além de destacar uma evolução recente, no sentido da internacionalização ao serviço de uma estratégia, ou, por outras palavras, como uma nova dimensão da guerra.

Os objetivos do terrorismo são, naturalmente, tão variados quanto são os diferentes tipos de terrorismo, que já tivemos ocasião de tentar classificar. Neste capítulo, iremos focar a nossa atenção apenas nas diversas formas do terrorismo "privado", mas mesmo assim a variedade é ainda muito grande. Esses objetivos inscrevem-se em dois níveis, os objetivos imediatos,

que se pretendem obter diretamente do ato terrorista, e que se podem considerar táticos, e os fins, ou objetivos longínquos, que se situam ou no âmbito estratégico, ou no do simples efeito político.

A finalidade imediata de todo ato terrorista é, por definição, causar o terror. Através da pressão psicológica decorrente desse terror causado pelo ato, ou dos efeitos materiais do próprio ato, os terroristas podem visar a efetivação de vinganças, castigos, eliminação de inimigos ou de personalidades importantes, (através de atentados dirigidos contra pessoas e, ou, bens), podem procurar obter resgates em libertação de presos ou em dinheiro, roubar armas ou valores, (através de assaltos e desvios, em que as vítimas são indiscriminadas – reféns – ou escolhidas – raptos), podem efetuar ataques contra determinados grupos sociais ou políticos ou instituições, atentados esses que, sendo dirigidos em termos de vítimas coletivas, são normalmente indiscriminados em termos de vítimas individuais. Em todos os atos terroristas está presente o objetivo da afirmação e proclamação da existência e da determinação dos grupos terroristas que os praticam. Algumas vezes, os atos terroristas têm mesmo como único objetivo imediato essa

ação de propaganda.

Através do terror, o terrorismo pode ser, como aliás já vimos, o instrumento (terrorismo "autônomo" em certas situações) ou um dos instrumentos (terrorismo "guerrilheiro" e terrorismo "militar") de uma estratégia, cujos fins políticos sejam a separação, a autonomia ou a independência de uma nação, ou a subversão e derrube de um regime, a imposição da ordem numa colônia, num território ocupado, no próprio país, ou o resultado final de uma guerra, convencional ou menor, declarada ou não. Como fins mediatos, ou objetivos intermédios, o terrorismo "privado" procura obter ou a desestabilização do regime político que combate, ou desencadear uma revolução, ou, simplesmente, provocar uma repressão que "dê razão" às acusações contra o governo, e aumente o descontentamento da população.

A necessidade de diversos tipos de apoio, quer em meios (armas, dinheiro, documentos falsos) quer em refúgios, quer em locais para treino e em instrutores, necessidade essa que é imperiosa, vital, para o terrorismo privado, leva os grupos terroristas a serem facilmente receptivos à ligação entre si, através das fronteiras dos respectivos Estados, ou à aceitação do patrocínio de outros Es-

tados, cujos governos sejam ideologicamente próximos ou no mínimo compatíveis com a ideologia que serve de suporte ao grupo terrorista. Por outro lado, a natureza da situação mundial tornando difícil ou impossível, conforme os casos, o recurso à estratégia direta para solução de um grande número de conflitos, e por isso aumentando a freqüência e a vantagem do emprego da estratégia indireta, o baixo custo relativo, quer em dinheiro, quer em vidas, da utilização do terrorismo, constituem uma tentação para certos Estados. Ao mesmo tempo, a facilidade de comunicação e de movimentos tem permitido a aliança conjuntural (para ações) de terroristas de diferentes países, aliança que muitas vezes tem sido facilitada ou sugerida e coordenada por órgãos (consulados, embaixadas, comerciantes, etc.) dos Estados que apóiam o terrorismo. Nasceu assim o "Terrorismo Internacional", do encontro dessas duas fontes, a busca da eficiência e da sobrevivência, por parte dos terroristas, levando estes aos acordos entre si, e a prevalência da Estratégia Indireta, levando certos Estados à tentativa de instrumentalização do terrorismo.

Nesse processo podem distinguir-se duas fases. Numa primeira ter-se-á verificado a generalização dos apoios em

armas, dinheiro, e utilização dos "campos de treino" em grande número de países do leste europeu (URSS, Bulgária, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia...) do Norte de África (Líbia, Argélia, Tunísia...) da América (Cuba...) do Oriente Médio (Irã, Síria, Líbano, Iémen do Sul...), campos de treino onde se misturam guerrilheiros e terroristas, e onde se estabelecem contatos entre os grupos de diversos países e movimentos. A segunda fase, que terá sido atingida por um número relativamente menor de países (comprovadamente, a Líbia, a Síria e o Irã) corresponde à utilização dos grupos terroristas em ações encomendadas.

Os Estados apoiantes do terrorismo, quer se trate da 1^a fase, quer da 2^a, desses apoios, têm necessariamente que ser ditaduras. Só assim podem controlar a sua própria opinião pública praticando a censura dos "mass média" e eliminando os eventuais denunciadores, de forma a esconder os apoios, ou a apresentá-los a uma falsa luz (apoio às "lutas de libertação" ou aos "legítimos representantes" de "populações oprimidas", por exemplo). Só assim, também, podem exercer o indispensável controle dos próprios terroristas apoiados, cuja indisciplina natural é extremamente perigosa se não puder ser severa e fortemente controlada.

Além de ditaduras, esses Estados têm também, por evidentes razões de um mínimo de coerência, de professar ideologias político-sociais, ou confissões religiosas afins das proclamadas pelos grupos terroristas apoiados. Como atualmente a maioria dos grupos terroristas são muçulmanos ou ultra-esquerdistas, não admira que todos os países de que existem provas ou evidências do apoio ao terrorismo sejam ditaduras, ou islâmicas, ou socialistas comunistas.

Por outro lado, o terrorismo, todo o terrorismo, é inimigo mortal das democracias demoliberais, porque é o seu sistema político-social que é visado, porque, pela garantia das liberdades e direitos, que nelas existe, facilitam a formação, movimentação e ação dos grupos terroristas, porque, pela natureza do regime, lhes é vedada a utilização do terrorismo "policial". Os regimes totalitários, que não permitem liberdade de reunião, que controlam a comunicação social, que vigiam a vida quotidiana dos cidadãos, que prendem sem culpa formada, que podem impedir o livre trânsito nas fronteiras, nada têm a temer do terrorismo. Este só atua e só ameaça as democracias liberais e as ditaduras fracas.

A eficácia do terrorismo é muito discutível. Se é verdade

que consegue difundir o medo, numa proporção que aliás depende muito da atitude da comunicação social, a verdade, também, é que a reação, quer da sociedade, quer dos governantes, relativamente ao medo, é muito variável e depende de muitos fatores, em parte imprevisíveis, em parte incontroláveis, que participam na complexa formação da vontade humana. O medo pode provocar a cedência, a submissão, mas também, e mais freqüentemente, a ira, o aumento da coesão social e da vontade de lutar e de eliminar o inimigo.

A eficácia do terror é também comprometida porque é, em si mesmo, sozinho, uma aplicação insuficiente da violência armada. Esta, como sabemos, deve visar os três alvos tradicionais, isto é, as forças vivas, as forças mortas, e as forças morais. O terrorismo despreza ou é claramente insuficiente contra as duas primeiras, e o resultado sobre a terceira não só é, como acabamos de escrever, muitas vezes contrário ao pretendido, como, mantendo-se intactas as forças vivas e as mortas, sempre susceptível àquele resultado de ser contrariado pela possibilidade de nestas forças intactas se refazerem as forças morais.

Por outro lado, é extremamente difícil coordenar e dirigir

os diferentes grupos terroristas, ou mesmo um só, numa ação que, como acontece em todas as guerras menores, tem de ser demorada, persistente e vasta, para ter alguma possibilidade de êxito. A indisciplina dos elementos que constituem os grupos terroristas é natural condição da sua natureza psicológica e é permanentemente alimentada pela necessidade de descentralização que a segurança impõe, pelo radicalismo inerente à sua justificação ideológica, pela amoralidade da sua ação, que destruíndo os outros valores morais naturalmente também acaba por afetar a obediência, a lealdade e a amizade.

Além disso, os objetivos finais, que aliás, o terrorismo autônomo nem sempre estabelece com clareza sejam quais forem, mas situando-se, como vimos, no âmbito político, não podem ser alcançados sem o concurso de condições políticas e sociais internas favoráveis, como a existência de tensões profundas, em significativas parcelas da população, efetivamente revoltadas, ou susceptíveis de o serem, ou desejosas de independência, bem como de condições geográficas propícias à guerrilha e de populações capazes de aceitarem o sofrimento e privações inerentes, quando uma guerra de guerrilhas continuar a ação iniciada por grupos terroristas, e ainda

de condições externas que propiciem refúgios, dinheiro, armas, e apoios de outros países e da opinião pública internacional. Todos estes pressupostos ultrapassam o âmbito da simples ação terrorista, pelo que esta está condenada ao fracasso quando não está intimamente ligada a uma direção política que não só saiba utilizar os seus efeitos como também os complete através de outras formas de ação.

Essa direção política naturalmente existe quando o terrorismo é utilizado por um Estado no âmbito da sua estratégia indireta. Mas, mesmo assim, permanecem limites muito claros para a sua eficácia. O terrorismo pode, é certo, aumentar a instabilidade política e social dos Estados atingidos, mas isso mais provavelmente poderá levar à instauração de um governo contrário aos interesses do Estado patrocinador do terrorismo, do que a um que lhe seja favorável. Por outro lado, a descoberta do apoio aos terroristas pode causar grave dano ao Estado patrocinador, quer em termos de opinião pública interna e internacional, quer em termos de eventuais represálias (ataques armados como o dos EUA à Líbia, boicotes diplomáticos como os efetuados em determinados casos à Síria e ao Irã...)

Não admira, portanto, que,

até hoje, o terrorismo autônomo tenha conseguido muito poucos êxitos finais, se é que alguns. Casos como os de Chipre, Israel, Egito, que costumam ser apresentados como os raros exemplos desses êxitos, ocorreram no seio de populações colonizadas (ocupadas) desejosas de libertar-se do ocupante, com o concurso de intensa atividade política, e, pelo menos no caso de Israel, com a ação paralela e provavelmente mais eficaz de uma atividade de guerrilha. Nalguns casos, o terrorismo provocou a queda de democracias que foram substituídas por regimes ditoriais contrários à ideologia dos grupos terroristas, como aconteceu na Argentina, no Uruguai, na Turquia. Os casos de terrorismo – aqui poder-se-á falar em guerrilha urbana – da resistência na Europa ocupada pelos nazistas, não se pode afirmar corresponderem a êxitos, pois sem os auxílios dos aliados e a derrota militar dos alemães, muito provavelmente teriam sido progressivamente aniquilados. Os atuais casos de terrorismo autônomo na Europa (Itália, Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Irlanda do Norte...) no Oriente Médio (Palestina, Líbano, Emirados Árabes, Arábia Saudita...) na América do Sul (Peru, Colômbia, Guatemala, El Salvador...) não parecem poder conduzir a outro resultado que

não seja o gratuito sacrifício de vidas e bens em troca da criação de alguma instabilidade. Quando muito, êxitos episódicos, pontuais, como no caso da retirada das forças dos EUA, da França e da Itália, do Líbano, após alguns espetaculares ataques suicidas de terroristas pró-iranianos que causaram centenas de mortes. Mas, neste caso, como em outros semelhantes, na decisão da retirada terá pesado mais o escasso interesse ou empenho em manter a situação, por parte do Estado atingido, do que a força de pressão produzida pelo evento.

A Luta contra o Terrorismo

A violência não se afasta com medidas isoladas (...) devem haver reformas políticas, unidades militares especializadas, controles nas fronteiras, etc. O combate ideológico (...) é essencial (...). É preciso um Serviço de Informações (...) Uma estrutura de leis, penal e judicial, adequadas ao julgamento, pesquisa, castigo dos agentes (...) estabelecer um princípio de extradição entre os Estados democráticos, (...) combater as fontes de finan-

ciamento (...) dificultar o acesso aos alvos (...) dissuadir os patrocinadores (...)"

Paul Wilkinson

Conferência proferida
ao CDN 86/87.

O terrorismo pode e deve ser combatido, e se o for, de forma adequada, vencido, conforme decorre de resto, da constatação que acabamos de fazer, da sua falta de eficácia, quando forma isolada de aplicação da violência. Mas pela complexidade do fenômeno, expressa tanto na variedade das suas formas como das suas causas e objetivos, a luta contra ele deve ser conduzida simultaneamente em várias frentes, conforme claramente afirma Wilkinson na citação com que introduzimos este capítulo, na qual também são apontadas as principais linhas de atuação dessa luta.

O terrorismo é, como vimos, um fenômeno social. É um erro considerar que nasce ou é provocado por erros sociais, mas podem existir, como também já vimos, aspectos sociais que podem servir ou facilitar a atividade terrorista. Esses aspectos podem encontrar-se em dois níveis: por um lado, focos de tensão e, ou, de injustiça social, po-

tenciais geradores de violência, que podem ser aproveitados pelos terroristas quer como justificação dos seus crimes, quer como geradores de eventuais recrutas ou de cumplicidades. Por outro, idéias e preconceitos existentes na sociedade, que contribuem quer para a justificação teórica da perversão da violência, quer para o aumento do efeito de propaganda da ação terrorista. A constatação da existência destes aspectos sociais que podem favorecer o terrorismo deve levar à adoção de medidas de prevenção, que podem e devem ser conduzidas *antes*, mas também *durante* a atividade terrorista. Paralelamente, e num nível mais geral, deverá ser sempre preocupação dos governantes diminuir as condições que possam favorecer a formação das diversas formas de marginalidade, e manter os marginais sob a mais atenta vigilância possível, sabido, como é que é no seu seio que se recriam os terroristas.

Declarado o terrorismo, o seu combate necessitará de medidas específicas, todas complementares umas das outras, e só podendo qualquer delas ser verdadeiramente eficiente com o concurso das outras.

A primeira, fundamental, e mais importante dessas medidas, é a montagem e funciona-

mento eficiente de um Sistema de Informações. A necessidade imperiosa de conhecer, quer para prever, quer para dirigir a ação, é tão evidente que não nos parece necessitar de ser mais realçada. Uma coletividade insuficientemente informada sobre os seus inimigos é como um cego que tenta defender-se de um ataque que não pode ver.

Mas, se um bom Serviço de Informações é fundamental, uma atuação adequada e consciente da Comunicação Social é também muito importante. O primeiro e imediato objetivo do terrorismo é espalhar o pânico. Para isso é-lhe fundamental a publicidade, de preferência uma publicidade que também contribua para acentuar os aspectos horríveis da ação terrorista. A eliminação das notícias seria extremamente dissuasiva do terrorismo, mas uma informação "contida", que atenue os impactos psicológicos mais aterrorizantes, e seja conduzida de uma forma pedagógica, poderá também ser muito útil nesse sentido. Para além desse papel, digamos, relativamente passivo, dos "mass média", procurando contrariar a produção do terror, eles têm também um papel ativo, intervidente, da maior importância, no combate ideológico às razões invocadas pelos terroristas, bem como na desmistificação das justificações

que apresentam para os seus crimes, os quais devem ser, inequivocamente, tratados e classificados como tal. Não apenas os governantes, mas toda a comunicação social, deve recusar aos terroristas reconhecê-los como combatentes políticos.

As facilidades dos transportes e das comunicações das sociedades modernas facultam ao terrorismo uma das suas principais margens de manobra. A atuação sobre as fronteiras é assim uma medida indispensável. De resto, sendo o domínio da Política Externa o principal Teatro de Operações das guerras menores contemporâneas, uma decidida atuação nesse campo impõe-se naturalmente.

Medidas jurídicas (acordos de extradição) ações diplomáticas, sobretudo se concertadas, sanções econômicas contra os Estados patrocinadores, proibição de determinados portos e aeroportos de Estados que se tenham mostrado demasiado nevólentes para os terroristas ou que se mostrem pouco eficientes na sua vigilância e por isso se tenham mostrado pouco seguros, eventualmente, ações militares mas, sobretudo, acordo entre os países e demonstração inequívoca da vontade de combater o terrorismo. Ponto importante é o de nunca ceder, custe

o que custar, às chantagens e pressões dos terroristas.

Paul Wilkinson, na Conferência proferida ao Curso de Defesa Nacional no IDN, em 1987, defendeu a necessidade de uma legislação especial, de um tribunal internacional, e de prisões internacionais, como forma eficaz de combater o terrorismo internacional. Embora se trate apenas de uma sugestão, aliás de difícil concretização, serve como exemplo da importância da cooperação internacional no combate ao terrorismo, e do tipo de medidas que poderiam ser tomadas. Aliás, na realidade, na CEE, e na OTAN, existem já gabinetes de coordenação, e têm-se verificado encontros a nível de ministros, para acertar ações comuns no combate ao terrorismo. Eventualmente, medidas de coação militar, contra os Estados patrocinadores, poderão tornar-se necessárias.

Determinadas medidas de exceção, como a declaração do estado de sítio, ou do estado de emergência, leis especiais, como, por exemplo, as decretadas por Trudeau no Canadá, ou pelo governo da Irlanda, logo após a obtenção da independência, contra os "irregulares", suprimindo determinados direitos ou garantias, podem ser não só necessárias, como muito úteis. No entanto, haverá que ser-se cuidadoso na administração de

"remédios" tão fortes, pois que o seu exagero pode pôr em causa aquilo que se quer salvaguardar, isto é, o próprio sistema político de democracia liberal. A instauração da pena de morte contra os terroristas é uma medida de exceção muito discutida, mas que já algumas vezes foi utilizada com êxito, como, por exemplo, na luta dos governantes irlandeses contra os "irregulares", ou na eliminação do terrorismo anarquista na França, no fim do século XIX. A pena de morte permite diminuir o risco de ações terroristas destinadas a procurar obter a libertação de elementos presos (esse risco só se manteria até à sua execução). Os argumentos contra são, sobretudo, de índole humanitária, mas pode-se legitimamente pôr a interrogação sobre se indivíduos capazes de friamente liquidarem pessoas inocentes merecem esse humanitarismo ou serão recuperáveis para uma vida social normal. Mais dignos de serem atendidos parecem-me, porém, os argumentos que referem a existência de terroristas compelidos a efetuarem os seus atos, bem como a de patrocinadores e mandadores que ficam "fora" dos crimes cometidos. Estes são aspectos que, contudo, poderiam ser devidamente salvaguardados na elaboração da lei que viesse a impor a pena de morte.

Determinados grupos especialmente treinados e equipados têm um papel necessário e extremamente importante no combate a situações pontuais, como os desvios de aviões ou de barcos, a captura de reféns, a ocupação de determinados locais, etc. Hoje, quase todos os países que têm problemas de terrorismo têm criado grupos deste gênero, que fazem parte das suas polícias, ou, também, das duas Forças Armadas.

Outro conjunto de medidas da maior importância diz respeito à proteção e segurança dos alvos prováveis do terrorismo, bem como à detecção e eliminação das fontes de receita dos terroristas. Alguns grupos, como a OLP e o IRA, tornaram-se verdadeiros potentados capitalistas, gerindo avultadas receitas provenientes tanto de assaltos e roubos, como de negócios legais e ilegais. A obtenção de informações, a atuação eficaz e coordenada dos diversos tipos de polícias, têm aqui o seu papel importante a desempenhar.

Mas sobretudo, o que verdadeiramente interessa, porque suporta e alimenta o resto, é a atitude coletiva da nação. Se houver verdadeira repulsa pelo terrorismo, se este for inequivocadamente condenado por todos, como atuação criminosa sem verdadeira justificação política, se existir uma efetiva vontade

por parte dos governantes em combater o terrorismo, e nunca ceder seja em que circunstâncias for, o terrorismo não chegará a constituir uma ameaça séria, muito embora possa matar alguns milhares de pessoas e destruir bens.

Terrorismo e Pacifismo. As Ligações Impossíveis?

"Sejam de obediência liberal, marxista, ecologista, feminista, os pacifistas deste tipo (ideológicos) têm por objetivo estabelecer a paz perpétua, procurando suprimir as causas supostas da guerra (...) A sociedade industrial está condenada porque seria incapaz de promover um sistema político que respeitasse os direitos humanos (...)"

PHILIPPE FORGET –
"Défense Nationale" –
Jul 83.

Ao verificar a utilização do terrorismo no âmbito das estratégias indiretas por parte dos países do Leste Europeu, isto é, pela U.R.S.S., depara-se-nos,

naturalmente, a estranha coincidência de também aquela superpotência vir utilizando, crescentemente, sobretudo desde os meados dos anos sessenta, os movimentos pacifistas. Nada parece mais oposto do que aqueles que prezam a paz acima de tudo, e os que só vêem como única forma de resolver os problemas sociais e políticos uma violência sangrenta, hiperbólica. Mas, depois de se constatar que ambos favorecem o mesmo lado do conflito Leste-Oeste, e que ambos são suscetíveis de ser manipulados e orientados pela mesma mão, constata-se que também ao nível da personalidade dos seus praticantes, se podem encontrar perturbadores pontos comuns. Obviamente, terrorismo e pacifismo são coisas diferentes, e existem certamente mais diferenças entre os dois grandes movimentos do que dentro de cada um deles, entre os muitos diferentes tipos ou formas em que se dividem, e que já são bastante diferentes uns dos outros. Mas certas características, ao nível do pensamento e ao nível da ação, estabelecem, apesar de tudo, alguma relação entre ambos que não se esperaria encontrar, e não será absurdo supor que existirá mesmo uma sobreposição parcial dos "simpatizantes" de determinados movimentos pacifistas e de certos

grupos terroristas, bem como poderá haver, e parece haver, alguma coordenação entre alguns grupos de um e outro dos dois grandes movimentos, especialmente dentro do teatro europeu.

Ao nível do pensamento, constata-se desde logo que tanto os diferentes tipos de pacifismo, como muitos dos grupos terroristas, designadamente os europeus, perseguem obsessivamente utopias sociais e rejeitam com radicalismo a realidade social e política das sociedades onde vivem (as únicas, aliás, onde uns e outros poderiam viver). Tanto terroristas como pacifistas absolutizam os conceitos, e não só não duvidam eles próprios como não concebem que, sem ser como inimigo, alguém possa pôr dúvidas acerca das verdades em que acreditam. Existem fanáticos pacifistas, que aceitam morrer pelos seus ideais, e o mesmo se passa entre os terroristas. Ambos os movimentos fazem apelo a atitudes extremas, e por isso atraem os temperamentos apaixonados, deixando indiferentes os moderados. Determinadas ideologias sociais e religiosas são tronco comum de onde se originam teorias tanto pacifistas como terroristas.

Uma outra coincidência se estabelece ainda ao nível do pensamento e dos conceitos,

entre os terroristas "privados" que querem a destruição do Estado, e os pacifistas de certos grupos anarquistas e marxistas, que consideram o Estado, qualquer Estado, como instituição, a causa da guerra. Pode assim estabelecer-se entre esses grupos de um e outro movimento uma coincidência de objetivos que abre oportunidade para alianças pontuais.

Em suma, a pressa na construção de utopias, a rejeição da sociedade industrial (ou apenas da modalidade desta designada por capitalismo), a absolutização dos conceitos, o apelo aos radicalismos, a culpabilização do Estado, constituem outros tantos pontos comuns que, ao nível do pensamento, podem aproximar terroristas e pacifistas.

Ao nível da ação, fere-nos desde logo a atenção o fato de tanto o pacifismo como o terrorismo encontrarem o seu meio social de eleição nas democracias demo-liberais, onde as liberdades sociais e políticas e o respeito pelos direitos humanos, eficazmente garantidos, permitem a sua existência. Ambos, pacifismo e terrorismo, são impossíveis no seio dos regimes totalitários e se, por vezes, têm logrado implantar-se e desenvolver-se no interior de algumas ditaduras, tem sido sempre quando, e só quando, as contra-

dições internas, a corrupção, a luta pelo poder, a inépcia e incapacidade dos ditadores enfraquecem essas ditaduras. É exatamente por isso, porque as ditaduras saudáveis e fortes facilmente podem destruir as primeiras sementes tanto do terrorismo como do pacifismo, que um e outro podem ser, e têm sido, utilizados pelos regimes totalitários contra os demo-liberais.

Muitos grupos pacifistas são de inspiração marxista e lutam, não por toda e qualquer paz, como fazem os pacifistas de inspiração liberal, mas por uma determinada paz, a única boa, que é a que reina nos, e entre os, estados socialistas (comunistas). Para alcançar essa boa paz, a única que consideram verdadeira, esses pacifistas entendem que a guerra, ou outra forma de violência armada, pode ser boa, mesmo até, segundo certas interpretações leninistas e trotskistas, inevitável. Nada impede pois estes pacifistas de aceitar ou apoiar o terrorismo se este contribuir para apressar a instauração de um regime comunista ou marxista, cuja existência é condição essencial para a "sua" paz.

De resto, a verificação do que se passa em muitas manifestações pacifistas mostra que não há, pelo menos em certas correntes, uma oposição ab-

soluta ao recurso à violência, já que dela têm feito uso. Essas correntes não condenam toda e qualquer violência, mas sim, e só, a violência quando praticada pelo Estado (a odiada repressão) ou, em termos de política internacional, a violência se praticadas por determinados Estados ou grupos sociais – capitalistas, do 1º Mundo, brancos – mas não por outros – comunistas, do 3º Mundo, não brancos. Tudo se passa efetivamente como se para esses pacifistas a violência não fosse um mal em si mesma, mas um mal condicionado a quem a usa... e para quê. Claramente, um tal pacifismo não tem nada que fundamentalmente se oponha ao terrorismo.

Facilitados nas sociedades demo-liberais, impossíveis nos regimes totalitários, conduzindo à "boa guerra" através da busca da "boa paz", descriminando as violências e praticando-as, apresentando-se disponíveis para determinados patrocínios e apoios, pacifistas e terroristas encontram na ação não menos pontos de contato do que os já verificados no pensamento.

Estes numerosos pontos de contato explicam que possa existir uma larga sobreposição entre os simpatizantes e os apoiantes de movimentos terroristas e pacifistas. Mas além desses pontos de contato já referidos, outros aspectos comuns

ao pacifismo e ao terrorismo contribuem para a sobreposição das simpatias. A maior parte dos pacifismos, como a maior parte dos terrorismos, tem como inimigo principal os EUA, isto é, o mais poderoso dos estados demo-liberais, que, justamente por ser o mais poderoso dos estados, aparece também como símbolo do capitalismo, do "imperialismo", da sociedade de consumo, e, de uma forma geral, dos valores ditos de direita. Justamente, a maior parte dos grupos pacifistas e terroristas do mundo contemporâneo tem como base ideologias e pensamentos ditos de esquerda, proclamando-se anticapitalistas e antiimperialistas. Muitos intelectuais e pessoas que nada têm a ver nem com grupos terroristas nem com pacifistas, têm por alguns deles uma instintiva simpatia só por causa dessas profissões de fé em valores que lhes são caros. Deste modo, intelectuais da esquerda tradicional, simpatizantes, apoiantes e militantes de determinados partidos, inscritos nessa esquerda, partilham com pacifistas e terroristas a convicção da necessidade de serem alcançados determinados objetivos, como o de desarmamento unilateral, a "desnuclearização" do espaço ou de determinadas regiões, a abolição de determinados mísseis e armas, a abolição do

apartheid, etc., e comungam com eles determinadas antipatias, como o anti-sionismo, o anti-americanismo, o anti-sociedade de consumo, bem como simpatias por movimentos revolucionários ou regimes saídos destes, que se proclamem socialistas, ou sejam do 3º Mundo, como a OLP, o ANC, etc.

Estas coincidências de determinados aspectos do pensamento e da ação, e esta sobreposição parcial, mas vasta, de simpatias e predisposições favoráveis, não só permitem, mas facilitam a coordenação na ação. Pacifismo e Terrorismo têm sido, de fato, duas das principais formas de intervenção possíveis na Europa "santuariizada" pela dissuasão nuclear. Tendo por trás o enorme poderio militar da URSS, que insinua o medo, contando com a eficiente e vasta rede de apoios proporcionados pelas embaixadas, consulados, missões econômicas e culturais, daquela superpotência e seus países satélites, bem como pelos partidos pró-soviéticos que existem em todo o Ocidente, os movimentos pacifistas vêem multiplicados os seus efeitos e facilitadas as suas atuações, e os grupos terroristas têm podido obter acesso a campos de treino e refúgios de outro modo muito mais difíceis de conseguir. As simpatias que a partilha de determinados

preconceitos de esquerda despertam garantem uma maior eficácia das ações de propaganda dos pacifistas e um tratamento relativamente tolerante dos terrorismos que se adaptam a esses preconceitos.

Na realidade, e de certo modo, o pacifismo tem vindo a tornar-se, ainda mais do que a penetração ideológica, progressivamente amortecida após as revelações da Tchecoslováquia, do "Gulag" do Afeganistão, etc., etc., e quase tanto como a enorme ameaça do monstruoso poder militar soviético, um poderoso instrumento para a "finlandização" da Europa Ocidental, para a qual contribui através da destruição da vontade de Defesa. Simultaneamente, o terrorismo, que é a única forma de violência armada política possível nesta Europa sem que se corra o risco de desencadear a 3ª Guerra Mundial, é um meio de "desestabilização" política e social que, ou pode facilitar o acesso ao Poder dos "aliados ideológicos" da URSS, ou pode abrir caminho a ditaduras de direita que seriam perturbadoras do dispositivo da OTAN e certamente frágeis a prazo por falta de suficiente suporte a nível das opiniões públicas. Entretanto, a própria desestabilização enfraqueceria a capacidade de decisão dos respectivos governos, concorrendo com o enfa-

quecimento da vontade de Defesa provocado pelo pacifismo para a progressiva subordinação à influência soviética. A coinci-

dência do terrorismo e do pacifismo teria, assim, sido conseguida na conquista pacífica da Europa.

RAÚL FRANÇOIS MARTINS é Brigadeiro das Forças Armadas de Portugal.

RAZÕES COLORIDAS PRA VOCÊ APLICAR NA POUPANÇA-OURO.

O VERDE.

O Banco do Brasil aplica no campo os recursos que capta com a Poupança-Ouro. Investe em projetos agrícolas. Financia o plantio e a irrigação.

Com isso a produção de alimentos aumenta.

O País fica mais verde.

E mais laranja, mais abóbora, mais rosa, mais violeta.

O AMARELO.

O seu dinheiro é reajustado monetariamente e rende juros, se valoriza sempre.

E você tem uma garantia que vale ouro. A segurança de 180 anos do Banco do Brasil.

Poupança-Ouro.

Você vai acabar encontrando razões de todas as cores pra aplicar o seu dinheiro.



BANCO DO BRASIL